

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL DO PROJOVEM

ProJovem
Programa Nacional de Inclusão de Jovens:
Educação, Qualificação e Ação Comunitária

SUMÁRIO

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS: EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA ProJovem.....	1
Sumário.....	2
Apresentação	4
1 - O ProJovem no âmbito da Política Nacional da Juventude	5
2 - Juventude brasileira: vulnerabilidades e potencialidades	7
2.1 - Perfil sócio-econômico: vulnerabilidades	7
2.3 - Protagonismos e participação social: potencialidades	10
2.3 - Características do público do ProJovem	12
3 - O ProJovem.....	12
3.1 - Finalidade.....	13
3.2- Metas	13
3.3 - Gestão compartilhada.....	13
3.4 - Conceitos básicos.....	14
3.2.1 - Educação	15
3.2.2 - Aprendizagem	15
3.2.3 - Ensino.....	15
3.2.4 - Juventude.....	16
3.2.5 - Conhecimento Escolar	16
3.2.6 - Trabalho	16
3.2.7 - Ação comunitária	16
3.2.8 – Relação entre teoria e prática	17
3.2.9 - Interdisciplinaridade.....	17
3.2.10 - Avaliação do Ensino e Aprendizagem	17
4 - PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO	18
4.1 - Princípios Político-Pedagógicos.....	18
4.2 - Objetivos Gerais.....	18
4.3 . Diretrizes Curriculares e Metodológicas	20
4.3.1 – Diretrizes Gerais	20
4.3.2 - Diretrizes Específicas.....	20
4.4 - Desenho do Currículo	22
4.4.1 – Carga horária e atividades	22
4.4.2 - Unidades Formativas.....	23
5 - Plano de implementação	29
5.1 - Sistema Instrucional.....	29
5.1.1 - Produção dos Guias de Estudo.....	30
5.1.2 - Seleção de um acervo de livros, vídeos, filmes, músicas e arquivos eletrônicos, com materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos.....	31
5.1.3 - Elaboração de instrumentos de avaliação de desempenho, com funções diagnóstica, formativa e somativa	31
5.2 - Sistema Operacional.....	35
5.2.1 - Critérios para matrícula, permanência com bolsa auxílio e certificação.....	35
5.2.2 - Distribuição dos materiais impressos.....	36
5.2.3 - Organização do espaço no ProJovem.....	36
5.2.4 - A organização do tempo no ProJovem.....	38
5.2.5 - Planejamento das atividades presenciais.....	42

5.3 - Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem.....	43
5.3.1 - Seleção dos docentes.....	43
5.3.2 - Formação dos docentes para atuar no ProJovem	44
5.4 - Sistema de Comunicação e Informação	45
5.4.1 - Jornal do ProJovem	46
5.4.2 - Centrais de Atendimento.....	46
5.4.3 - Sítio na WEB.....	46
5.5 – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa	46
5.5.1 - Monitoramento e avaliação interna	47
5.5.2 - Monitoramento e avaliação externa	47
5.5.3 - Articulação dos sistemas: os Fóruns do ProJovem	47
6- Custos do ProJovem.....	48
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS e documentais.....	49

APRESENTAÇÃO

O ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária) é componente-chave da Política Nacional da Juventude, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Será implantado em 2005, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos, que terminaram a quarta, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental, que atualmente não estejam estudando e que não tenham vínculos formais de trabalho. Aos participantes, o ProJovem oferecerá oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional, e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público.

1 - O PROJOVEM NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.

Com essa perspectiva, durante o ano de 2004, constituiu-se o Grupo Interministerial da Juventude, que envolveu 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para elaborar um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapear as ações governamentais que são dirigidas especificamente aos jovens ou que contemplam segmentos juvenis, tendo em vista a indicação de referências para uma política nacional de juventude.

O Grupo contou com a colaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas pertinentes, incorporou resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e pelo *Projeto Juventude do Instituto Cidadania* e, também, acompanhou o trabalho desenvolvido pela *Comissão Especial da Câmara dos Deputados Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude*.

Ao finalizar seus trabalhos, o Grupo Interministerial da Juventude sugeriu a implantação de uma política nacional inovadora para a juventude, que deveria contemplar:

- o lançamento do *Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária* — ProJovem — voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos que não estão matriculados nas escolas e não têm vínculos formais de trabalho. O Programa assume, ao mesmo tempo, caráter emergencial — atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio —, e caráter experimental, no curso de formação — ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular, que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico.

- a constituição da *Secretaria Nacional da Juventude* para: (a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; (b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude.
- a implantação do *Conselho Nacional da Juventude*, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria Geral da Presidência da República. Será composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organismos não governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Suas finalidades são: (a) assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; (b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil; (c) assegurar que a Política Nacional da Juventude do Governo Lula seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

A implantação simultânea do Programa, da Secretaria e do Conselho, com suas distintas e complementares finalidades e funções, representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade, vulnerabilidades e potencialidades.

2 - JUVENTUDE BRASILEIRA: VULNERABILIDADES E POTENCIALIDADES

2.1 - Perfil sócio-econômico: vulnerabilidades

Em qualquer país do mundo, quando se procura caracterizar a juventude, sempre se depara com uma questão: que faixa etária está sendo considerada? No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contempla como idade limite os dezoito anos, mas não há outro dispositivo legal que delimite a faixa etária juvenil. Geralmente as estatísticas brasileiras seguem os parâmetros de organismos internacionais considerando o grupo etário de 15 a 24 anos¹. Em 2000, estavam nessa faixa cerca de 20% da população (Censo IBGE). Eram jovens de 15 a 24 anos, aproximadamente 34 milhões de brasileiros que, em sua diversidade, expressavam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam nossa sociedade. Ao mesmo tempo, representavam (e representam, ainda,) o segmento populacional mais fortemente atingido por velhos e novos mecanismos de exclusão social.

As disparidades de renda são grandes entre os jovens: em 2000 (Censo IBGE): a maioria (68,7%) vivia em famílias que tinham uma renda *per capita* menor do que 1 salário mínimo (dentre esses encontramos 12,2% (4,2 milhões) em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo). Apenas 41,3% (14,1 milhões) viviam em famílias com renda *per capita* acima de um salário mínimo.

Considerando esse perfil de renda e, também, outros indicadores de desigualdade social, evidenciam-se alguns dos principais problemas com os quais deparam hoje os jovens brasileiros:

- acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares;
- inadequação da qualificação para o mundo do trabalho;
- envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio);
- baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

¹ Em outros países da América Latina e na Europa, o limite de idade fica em torno dos 30 anos. No Brasil, a CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) considera 32 anos como idade limite.

Se esses problemas, com pesos bastante diferenciados, dizem respeito à grande maioria dos jovens brasileiros, quando examinamos a situação particular dos jovens de diferentes grupos de idade, encontramos um sub-grupo que apresenta maior grau de vulnerabilidade: os jovens de 18 a 24 anos. São atualmente os mais atingidos pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e são, ainda, os mais destituídos de apoio de redes de proteção social. Os dados a seguir confirmam esta afirmação.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2003², havia no Brasil 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos, o que representava, aproximadamente, 13,5% da população total. Em relação à escolaridade, as estatísticas são alarmantes. A PNAD indica que dos 23,4 milhões de jovens apenas 7,9 milhões (34%) estavam freqüentando a escola. Portanto, 15,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos estavam fora da escola. Desses:

- 753,4 mil (4,9%) eram analfabetos;
- 5,4 milhões (35,3%) não haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 1,7 milhão (11%) haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 1,2 milhão (7,8%) haviam começado o Ensino Médio, mas não o haviam concluído;
- 5,8 milhões (37,5%) haviam concluído o Ensino Médio;
- 547 mil (3,5%) haviam cursado pelo menos um ano de Ensino Superior.

Precocemente afastados da escola, estes jovens também não estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Dentre esses jovens, 14 milhões (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação. Tendo se declarado como desempregado, registraram-se 13% ou 3,0 milhões de jovens. Destes, 55% eram mulheres. As maiores taxas de desemprego eram encontradas nas regiões metropolitanas: 24,6%. A Taxa de Desemprego nas áreas urbanas ficou em 17,6%.

Os dados anteriores seriam suficientes para identificar esse grupo etário como o segmento juvenil particularmente atingido pelo processo de exclusão social: jovens de 18 a 24 anos, residentes nas regiões metropolitanas, que estão fora da escola e que não possuem vínculos formais de trabalho. Mas há ainda outras dimensões que devem ser

2 Os dados não abrangem área rural da Região Norte, exceto no Tocantins.

consideradas para melhor caracterizar a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Segundo dados do Censo de 2000, 84% jovens viviam no meio urbano, sendo que 31% em regiões metropolitanas, onde se evidenciava o crescimento de favelas e de periferias caracterizadas pela ausência de infra-estrutura e equipamentos urbanos e de segurança pública.

Certamente existem jovens em condições também precárias vivendo no campo e nas pequenas e médias cidades brasileiras³. No entanto, nos dias atuais, a vulnerabilidade juvenil está fortemente relacionada ao crescimento (sem sustentabilidade sócio-ambiental) das grandes cidades. Várias pesquisas desenvolvidas por universidades, por organismos internacionais e por organizações não governamentais atestam a precariedade das condições de vida dos jovens nas capitais brasileiras. Em cidades que recebem maiores fluxos migratórios — como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Vitória, Salvador, Belo Horizonte, Brasília — a situação é mais grave. Mas em todas as capitais dos estados brasileiros, a perversa conjugação entre carências econômicas, presença do narcotráfico e certas práticas de corrupção policial, cria a imagem do jovem, sobretudo o jovem negro, como um suspeito em potencial e alvo preferencial da violência urbana.

A violência das grandes cidades atinge particularmente os jovens. Segundo os dados do Ministério da Saúde (Datasus - Sistema de Informações sobre mortalidade), em 2002, morreram no Brasil 28 mil jovens de 20 a 24 anos, sendo que 72% das mortes foram ocasionadas por causas externas. Os jovens do sexo masculino foram o alvo prioritário dessas perdas: 18,5 mil mortes, o que corresponde a 80,5% do total.

Das 18,5 mil mortes de jovens homens, de 20 a 24 anos, por causas externas: 10,7 mil (57,7%) foram vítimas de agressão (homicídio); 3,9 mil (21,3%) morreram em razão de acidentes de transporte; as outras mortes se dividiam em afogamento, suicídio ou eventos cuja intenção era indeterminada

³ Segundo a PNAD de 2003 — que não inclui moradores da área rural dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima — existem hoje no Brasil 892,5 jovens analfabetos. Desses 43,7% viviam em áreas urbanas não metropolitanas e 43,1% viviam em áreas rurais. A Política Nacional de Juventude deverá contemplá-los validando e incentivando múltiplas ações e Programas desenvolvidos por iniciativas de Ministérios e demais instâncias governamentais em ações convergentes com a sociedade civil.

Publicação divulgada recentemente pela UNESCO mostra que, em 2002, a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população. Dados do Mapa da Violência III, da UNESCO (2002), indicavam que essa taxa, para o grupo de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens, em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e de Porto Rico e sendo quase 8 vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998).

Em resumo, os dados sobre violência e segurança corroboram o quadro das desigualdades sociais entre os jovens brasileiros, indicando a urgência de programas específicos para essa população, no contexto de políticas públicas focadas no segmento juvenil.

2.3 - Protagonismos e participação social: potencialidades

No cenário atual, a sociedade costuma ver a juventude como sinônimo de problema e como motivo de preocupação quanto ao futuro do país. São duas as imagens da juventude que predominam hoje nos meios de comunicação e na opinião pública. De um lado, nas propagandas e nas novelas, estão os jovens bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados que oferecem modelos de vida e de consumo aos quais poucos jovens reais têm acesso. De outro, nos noticiários, estão os jovens envolvidos com problemas de violência ou comportamentos de risco, que são, na maior parte das vezes, negros e oriundos dos setores populares.

Essas duas imagens polares, por caminhos opostos, convergem para o mesmo senso comum que considera a juventude individualista, consumista e politicamente desinteressada. Mas esses são estereótipos que não dão conta da diversidade de experiências da juventude brasileira:

- por um lado, é verdade que: (a) segundo pesquisas da UNICEF, 65% dos adolescentes (12 a 17 anos) nunca participaram de atividades associativas e/ou comunitárias; (b) de acordo com *survey* nacional recente, realizado pelo *Projeto Juventude do Instituto Cidadania*, entre jovens de 14 a 24 anos de todo Brasil⁴, apenas uma minoria participa

⁴ Para maiores informações ver www.projetojuventude.org.br

formalmente de movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e partidos;

- por outro lado, parte significativa dos entrevistados pelo *Projeto Juventude* (mais de 60%, entre os mais pobres) disse que gostaria de ter oportunidade de participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos. Essa predisposição não resulta do acaso, mas tem como referência as diferentes maneiras pelas quais grupos jovens vêm expressando demandas, necessidades e visões de mundo para agir no espaço público. Entre as novas formas de participação juvenil podemos destacar (a) pertencimento a grupos que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, favelas e periferias: pastorais, redes, ong's e outras organizações juvenis; (b) participação em grupos que atuam nos espaços de cultura e lazer: grafiteiros, conjuntos musicais, de dança e de teatro de diferentes estilos, associações esportivas; (c) mobilizações em torno de uma causa e/ou campanha (grupos ecológicos, comitês da Campanha contra a Fome, ações contra a violência e pela paz, grupos contra a globalização etc...); (d) grupos reunidos em torno de identidades específicas (mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiências etc...).

Assim, mesmo sem desconhecer os obstáculos de diversas ordens que devem ser ultrapassados para motivar o engajamento social dos jovens, qualquer programa social a eles dirigido deve reconhecer e apoiar as múltiplas formas de atividade e criatividade dessa faixa etária, e contribuir para ampliá-las.

A juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação, sempre em choque e negociação. Mas essa também é a fase de maior energia, generosidade e potencial para o engajamento. Portanto, um programa dirigido aos jovens deve tomar como seus, tanto os desafios que estão sendo colocados para essa geração, quanto sua forma inovadora de encontrar respostas aos problemas sociais, chamando-os permanentemente para o diálogo e para a participação cidadã.

2.3 - Características do público do ProJovem

Os jovens que participarão do Programa apresentam alguns traços marcantes que devem ser considerados em todos os momentos da formulação e implementação do ProJovem. São jovens que:

- moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e marcados por diversos e profundos processos de discriminação: étnico-racial, de gênero, geracional, de religião, entre outros.
- vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida, relação com o trabalho, a escola, a saúde, a religião, a violência, a questão sexual etc;
- englobam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de auto-valorização e construtoras de identidades coletivas.

3 - O PROJOVEM

O ProJovem atenderá jovens de 18 a 24 anos, por meio de um curso que proporcionará formação integral durante 5 horas diárias, por um período de 12 meses. Aos alunos devidamente matriculados, será concedido um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00.

A formação integral compreenderá atividades de formação escolar (800 horas), qualificação profissional (350 horas) e desenvolvimento de ação comunitária (50 horas). Atendendo às necessidades do público deste projeto, o currículo será desenvolvido em atividades presenciais (1200) e atividades não presenciais (400 horas), somando 1600 horas.

Os espaços de aprendizagem deverão ser planejados tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e integrando o trabalho realizado em salas de aulas, oficinas, laboratórios e campo de estágio, entre outros⁵.

3.1 - Finalidade

O ProJovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre:

- elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- qualificação com certificação de formação inicial;
- desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Programa deverá contribuir especificamente para:

- a re-inserção do jovem na escola;
- a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- identificação, elaboração de planos e desenvolvimento de experiências de ações comunitárias;
- inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

3.2- Metas

O ProJovem tem como meta: atuar em todas as 27 capitais brasileiras, atendendo a 400.000 jovens, no período de maio de 2005 a abril de 2007. Esse contingente representa cerca de 40% do universo de jovens de 18 a 24 anos que vivem nas capitais e estão fora da escola.

3.3 - Gestão compartilhada

Desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, a organização da gestão do ProJovem conta com um **Comitê Gestor** coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e

⁵ Ver detalhamento no capítulo 4: Projeto Pedagógico Integrado

Emprego, da Assistência Social e Combate à Fome. Como suporte operacional, o Comitê contará com uma **Comissão Técnica** também composta por representantes da Secretaria Geral e dos três Ministérios parceiros.

O Programa será executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras. Poderão integrar-se ao Programa outros participantes locais como governos estaduais, CEFETs, universidades, unidades operacionais do Sistema S, organizações da sociedade civil, igrejas etc...

3.4 - Conceitos básicos

O ProJovem será implantado no Brasil em um momento histórico no qual a tensão *local-global* se manifesta no mundo da maneira mais contundente: nunca houve tanta integração globalizada e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos os processos de exclusão. Neste contexto, o Programa foi concebido como instrumento de inclusão social em seu sentido pleno.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação contemporâneos do século XXI.

O ProJovem caracteriza-se por:

- (a) levar em conta a singularidade da condição juvenil, suas necessidades, seus desejos frente à sua condição sócio-econômica e cultural;
- (b) reconhecer o jovem como sujeito de direitos e
- (c) viabilizar sua participação ativa no processo de aprendizagem em que está envolvido. Assim, busca superar os grandes hiatos existentes entre escola e vida, entre aprendizado teórico e prático, entre escola e mundo do trabalho, entre a preparação do cidadão para o futuro e a ação do jovem cidadão no presente.

O Programa propõe estratégias que reconduzam os jovens para os sistemas educacionais, criando e validando múltiplas formas e espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de

permanência neles. Para tanto, cria uma organização curricular inovadora e flexível, cujo maior desafio é romper com duas clássicas dicotomias: *educação geral X formação profissional* e *educação X ação cidadã*.

Para responder efetivamente a esse desafio, é necessário ter clareza quanto às concepções que fundamentam essencialmente um Projeto Pedagógico como o requerido pelo ProJovem. Assim, explicitamos a seguir o significado de algumas concepções básicas e suas implicações curriculares.

3.2.1 - Educação

No contexto do ProJovem, concebe-se a Educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas. É atribuição e responsabilidade de múltiplas agências: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola.

3.2.2 - Aprendizagem

Na perspectiva delineada no tópico anterior, a aprendizagem consiste na construção de competências e capacidades por meio da re-significação de elementos social e culturalmente transmitidos e da construção/reconstrução pessoal. É uma forma de apropriação e de re-significação da cultura pelo sujeito e interage com seu desenvolvimento psíquico. Sendo processo articulado com a construção da subjetividade, mobiliza elementos cognitivos, afetivos, estéticos, lúdicos, sociais e físicos.

3.2.3 - Ensino

Neste projeto, entende-se o ensino como uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, criando situações desafiadoras e propondo problemas que estimulem e orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens. Como ação subordinada a um programa educacional, articula as demandas sociais por cidadãos escolarizados com as necessidades de auto-realização das pessoas. Como relação pedagógica, implica a mediação do professor entre o conhecimento e o aluno.

3.2.4 - Juventude

Juventude é uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na concepção da sociedade ocidental moderna, a etapa da juventude tem sido associada a um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família. Entretanto, na perspectiva do ProJovem, a juventude, com sua diversidade, é vista não apenas como passagem, mas como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania.

3.2.5 - Conhecimento Escolar

O conhecimento escolar é entendido neste texto como uma construção baseada no encontro — feito de conflitos e acordos — entre diferentes tipos de conhecimento: saberes cotidianos que alunos e professores trazem de suas vivências familiares e sociais, conceitos e leis científicos, elementos estéticos e culturais, reflexões filosóficas e, é claro, determinações legais sobre o currículo. Sua prática se faz em condições muito especiais, que são dadas pelas interações dos alunos entre si e com o professor.

3.2.6 - Trabalho

Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade, é o lugar onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção do Programa, a qualificação profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa⁶ assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia.

3.2.7 - Ação comunitária

A ação comunitária, por sua vez, é pensada com base no binômio *cidadania e solidariedade*, tendo como referência uma nova concepção de assistência social que

⁶ Ver detalhamento no anexo 1

ênfatisa os direitos à proteção social e à seguridade social⁷. No âmbito do Programa, a ação comunitária visa a contribuir para o desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições que resultem no reconhecimento de seus direitos e deveres cidadãos.

3.2.8 – Relação entre teoria e prática

A relação entre teoria e prática tem sido marcada historicamente por uma divisão estanque, que coloca o momento da prática como posterior ao da teoria, sob a forma de Ciência aplicada. Nesse quadro, a prática fica subordinada à teoria, desvalorizando-se os saberes do cotidiano. Hoje, contudo, o campo da prática é reconhecido como *locus* da produção de saberes legítimos (e não apenas de sua aplicação), que dão origem a questões teóricas. Assim, o trabalho tornou-se cada vez mais articulado com teorias e tecnologias, sendo crescente a necessidade da educação como elemento fundante da cidadania e de preparação para o trabalho. Supõe análise e tomada de decisões *in processu*, demandando ação coletiva e gestão democrática. A capacidade de questionar a própria prática é fonte de ação instituinte, transformadora.

3.2.9 - Interdisciplinaridade

No ProJovem, a interdisciplinaridade é vista como uma abordagem integrada às questões contemporâneas sobre a produção do conhecimento, que enfatizam o rápido envelhecimento da informação factual e o esmaecimento das fronteiras entre as disciplinas tradicionais. Entretanto, as integrações possíveis entre áreas de conhecimento são parciais e têm de ser construídas em contextos e situações específicos. Assim, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

3.2.10 - Avaliação do Ensino e Aprendizagem

Na concepção do ProJovem, avaliação do ensino e aprendizagem é um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem, de forma a obter subsídios para: (a) planejar as intervenções docentes; (b) criar formas de apoio aos alunos que apresentem dificuldades; (c) verificar se os objetivos propostos

⁷ A concepção da Assistência Social, inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social, busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Sua perspectiva é implantar o Sistema Único de Assistência Social integrando diferentes áreas do governo federal e este com os estaduais e municipais em uma ação comum.

estão sendo alcançados; (d) obter subsídios para a revisão dos materiais e da metodologia do curso.

4 - PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO

4.1 - Princípios Político-Pedagógicos

O princípio fundamental do ProJovem é o da integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária, tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram os jovens no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho. Entende-se ainda que o acesso a esses direitos, assim como a outros direitos universais, só será pleno quando a sociedade e, particularmente, os segmentos privados de direitos reconhecerem-se e assumirem-se como cidadãos ativos, conscientes do seu direito a ter direitos e da necessidade de lutar por eles.

Assim, o ProJovem propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. E para que a educação básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária possam se fortalecer mutuamente, cada uma delas deve desenvolver-se plenamente e em consonância com os requerimentos para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea.

4.2 - Objetivos Gerais

Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o programa deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional.

Nessa perspectiva, espera-se que os jovens concluintes do Programa sejam capazes de:

- Afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos.
- Utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e

documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais.

- Compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade.
- Utilizar tecnologias de Informática necessárias à inserção cultural e profissional.
- Empregar competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda.
- Estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho.
- Acessar os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania (por exemplo: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e sua famílias etc.)
- Assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta.
- Identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar e participar de iniciativas concretas visando a sua superação.
- Refletir criticamente sobre sua própria prática.
- Conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos.
- Afirmar valores de solidariedade, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação.
- Exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática.
- Continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

4.3 . Diretrizes Curriculares e Metodológicas

Tendo em vista esses princípios político-pedagógicos e objetivos gerais de aprendizagem, o ProJovem estabelece algumas diretrizes curriculares e metodológicas que deverão orientar a elaboração dos materiais, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

4.3.1 – Diretrizes Gerais

- A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a formação profissional e a ação comunitária;
- A qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens;
- A ação comunitária deverá resultar de um diagnóstico das necessidades locais e regionais, promover o engajamento cidadão voluntário e a formação de valores solidários.

4.3.2 - Diretrizes Específicas

- Valorizar as experiências e conhecimentos prévios dos jovens, tomando-os como base e ponto de partida para a aprendizagem de conteúdos do ensino;
- Reconhecer e valorizar as diferenças de gênero, de raça/etnia, cultura, religião etc;
- Orientar as atividades de ensino de acordo com as potencialidades, dificuldades específicas e ritmos de aprendizagem dos participantes;
- Propiciar oportunidades de escolha e de tomada de decisão para resolução de problemas;
- Planejar vivências de construção de regras e definição de responsabilidades;

- Conjugar a unidade dos conteúdos de ensino propostos com a possibilidade de adaptação deles às peculiaridades regionais e/ ou locais;
- Enfatizar os conceitos básicos e as funções sociais das diferentes Ciências, focalizando os respectivos conteúdos na perspectiva da vida contemporânea;
- Adotar estratégias de ensino diversas (estudo de textos e filmes, visitas programadas, pesquisa de campo, produção e revisão de textos escritos, exercícios práticos e orientados, roteiros para autocorreção etc.), que dialoguem com o mundo dos jovens, incentivando sua autonomia como aprendizes, despertando seu interesse por ampliar seus conhecimentos e suas experiências culturais;
- Enfatizar o desenvolvimento de habilidades básicas, que facilitem a adaptação dos jovens a mudanças na realidade da organização do trabalho e da vida na sociedade;
- Incluir espaços e tempos especialmente destinados a variadas formas de registro pessoal e análise de suas próprias trajetórias familiares, comunitárias, escolares e profissionais, assim como das novas informações e conhecimentos adquiridos;
- Estimular a dimensão instituinte da prática, orientando o jovem a ler os textos e fazer as atividades de estudo pensando na prática e, da mesma forma, desenvolver esta prática refletindo sobre os conhecimentos que construiu ao estudar.
- Incluir no percurso formativo situações pedagógicas que propiciem a aprendizagem de trabalho coletivo, das práticas associativas, das ações reivindicativas e propositivas que contribuam para a construção da participação cidadã dos jovens e que fomentem o exercício da democracia, da solidariedade, da cooperação;
- Prever oportunidades que para que os jovens tenham oportunidade de participar ativamente na comunidade em que vivem;
- Organizar o currículo em grandes áreas temáticas articuladas por eixos estruturantes, de modo que os conteúdos das disciplinas não se esgotem

na carga horária atribuída a cada uma e que, em cada período, se tenha um espaço bem delimitado para concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares ligados ao trabalho e à ação comunitária;

- Centrar a avaliação na organização do processo de ensino e aprendizagem, tanto quanto no desempenho dos alunos, de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso;
- Avaliar múltiplos aspectos do desempenho do jovem, indo além da aferição de conhecimentos e considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o estudo e com a ação comunitária.
- Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos de avaliação, inclusive provas e trabalhos finais, para fundamentar a auto-avaliação e a avaliação pelos colegas e pelo professor.

4.4 - Desenho do Currículo

4.4.1 – Carga horária e atividades

A carga horária do curso é de 1.600 horas (1.200 presenciais e 400 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 12 meses ininterruptos. Esse percurso formativo será organizado em quatro unidades, com duração de três meses cada uma, nas quais os diferentes componentes curriculares se integram em eixos estruturantes que estabelecem, entre si, a progressão das aprendizagens.

O desenvolvimento das atividades previstas implicará a dedicação intensiva dos jovens ao curso por, pelo menos, 32 horas semanais. As horas presenciais incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de qualificação profissional e à ação comunitária, sob a supervisão de um educador. As horas não presenciais serão dedicadas às leituras e atividades do Guia de Estudo e à elaboração de planos e registros — individualmente ou em pequenos grupos — nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.

Sempre considerando a necessária integração entre os componentes curriculares e a conveniência de desenvolver os conteúdos do ensino fundamental de modo a apoiar a qualificação profissional e a ação comunitária, a carga horária do curso será distribuída da seguinte maneira:

	Horas presenciais	Horas não presenciais	Total
Ensino Fundamental	800	400	1.200
Qualificação Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
Total	1.200	-	1.600

4.4.2 - Unidades Formativas

A organização do curso em *Unidades Formativas* tem como propósito possibilitar a sua construção em um *continuo* e, ao mesmo tempo, demarcar os *momentos distintos* que o compõem.

Cada Unidade Formativa será articulada em torno de um *eixo estruturante*, de um *instrumental conceitual* e de *resultados esperados*. O eixo estruturante corresponde, em cada unidade, a uma situação-problema relevante na vida cotidiana dos jovens envolvidos no Programa e que os desafie de maneira particular. O instrumental conceitual, por sua vez, deve ser capaz de indicar claramente a perspectiva de abordagem da situação-problema.

Essa abordagem se traduz em *ações curriculares*, visando a superar a abordagem por meio de disciplinas estanques.

Algumas *ações curriculares*, relativas às áreas de Linguagens (Língua Portuguesa e Língua estrangeira, Artes), Matemática e Informática estarão presentes em todas as Unidades Formativas.

No tratamento do *instrumental conceitual*, sempre se buscará combinar a ótica das Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia) com a ótica das Ciências Humanas (Geografia, História e Ciências Sociais).

Unidade Formativa I: Juventude e Cidade

Eixo Estruturante

A Juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Re-posicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: juventude; identidade social; território; migrações; globalizações; inclusão/exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: seres vivos e ciclo da vida; matéria (formas e estados); espaço e movimento.

Ações curriculares

- Promover a constituição da turma como grupo cooperativo de trabalho e de aprendizagem.
- Realizar um diagnóstico do contexto social local, do ponto de vista da condição juvenil.
- Realizar um diagnóstico inicial das necessidades e potencialidades de aprendizagem do grupo.
- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado desta unidade formativa.
- Promover o desenvolvimento das habilidades fundamentais de leitura, de produção de textos, de aritmética e de geometria.
- Promover exercícios e manifestações artísticas, com destaque para aquelas que sugerem com mais evidência idéias de uso do espaço e do movimento: música e a dança; artes plásticas etc.
- Introduzir conhecimentos iniciais sobre o mundo da Informática.
- Introduzir o estudo de língua estrangeira.
- Orientar o resgate e o registro, por parte do público participante, das trajetórias individuais escolares, de qualificação para o trabalho e de experiências de ação comunitária, culminando com o esboço do Projeto de Orientação Profissional – POP e do Plano de Ação Comunitária - PLA⁸.

Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho

Eixo Estruturante:

O Mundo do Trabalho, as transformações pelas quais vem passando na sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no trabalho. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.

Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: trabalho; Capitalismo; classes sociais e transformação; movimentos sociais; juventude; globalizações; inclusão e exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: teoria da evolução; tempo e movimento; formas de energia; quantidade e qualidade.

Ações curriculares

- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado desta unidade formativa.
- Prosseguir com o desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos de diferentes tipos e gêneros.
- Aprofundar os estudos de geometria e introduzir a álgebra.
- Promover atividades e manifestações artísticas, com destaque para aquelas que evidenciam a prática do trabalho: artes plásticas; composições musicais etc.
- Introduzir o conhecimento e o uso de processadores de texto e planilhas eletrônicas, no estudo da Informática;
- Prosseguir com o estudo da língua estrangeira.
- Iniciar a qualificação para o trabalho (100 horas):
 - ⇒ visitas guiadas a empresas públicas e privadas e empreendimentos cooperativos;

⁸ Ver, em anexo, materiais de suporte do POP e do PLA.

- ⇒ visitas guiadas a instituições do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (intermediação de mão-de-obra, qualificação, seguro-desemprego, programas de geração de trabalho e renda);
 - ⇒ vivências (de curta duração) em diversos ambientes de trabalho;
 - ⇒ conhecimentos fundamentais sobre a *realidade prática do mundo do trabalho*: a) legislação trabalhista; b) sistema público de emprego, trabalho e renda; c) informações e normas sobre trabalho (mercado de trabalho, saúde, segurança, negociação etc);
 - ⇒ estudo das potencialidades do grupo em relação aos cenários locais, regionais e nacionais das oportunidades de trabalho;
 - ⇒ seqüência do POP, sistematizando os itinerários formativos e as práticas de trabalho vivenciadas por cada cursista.
- Promover ações com ênfase no estímulo/exercício para o engajamento social:
 - ⇒ identificação das potencialidades do grupo em relação às necessidades e oportunidades de engajamento social;
 - ⇒ sistematização das experiências de ação comunitária de cada aluno, dando seqüência ao PLA.

Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação

Eixo Estruturante:

Informação e comunicação na sociedade contemporânea e práticas dos jovens. Re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: comunicação; sociedade informacional; rede; sistema; cadeias de valores; juventude; globalizações; inclusão e exclusão social.

- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: sistemas e fluxos vitais (biológicos); células e tecidos orgânicos; sistema planetário; ondas (físicas); estrutura dos átomos; realidade virtual.

Ações curriculares

- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado desta unidade formativa.
- Prosseguir com o desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos de diferentes tipos.
- Introduzir o estudo da Estatística.
- Promover exercícios e manifestações artísticas, com destaque para aquelas que evidenciam o uso de meios diversos de comunicação: artes cênicas; audiovisuais etc.
- Introduzir o conhecimento e o uso da Internet.
- Prosseguir com o desenvolvimento da língua estrangeira.
- Quanto às ações com ênfase na qualificação para o trabalho (100 horas):
 - ⇒ promover formação em *noções técnicas de caráter fundamental à qualificação para o trabalho*: a) leitura e interpretação de desenho; b) associativismo e cooperativismo; c) saúde e segurança no trabalho e meio ambiente;
 - ⇒ dar seqüência ao POP, levantando informações sobre as tendências e potencialidades dos setores da economia local/regional.
- Quanto às ações com ênfase no estímulo/exercício para o engajamento social:
 - ⇒ levantar oportunidades e encaminhar estágios civis;
 - ⇒ dar seqüência ao PLA, identificando oportunidades e promovendo ações concretas.
- Identificação de oportunidades de articulação entre as ações previstas no POP e no PLA.

Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania

Eixo Estruturante:

Diferenças sócio-culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas).

Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: juventude; diferença; solidariedade e cidadania; diferença e equidade social; público e privado; discriminação e solidariedade; violência e ética; cidadania ativa e participação; políticas públicas; juventude; globalizações; inclusão e exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: meio ambiente; desenvolvimento sustentável; teoria da relatividade; sistemas ecológicos; genética; fontes energéticas.

Ações curriculares

- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado desta unidade formativa.
- Prosseguir com o desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos de diferentes tipos.
- Promover a produção, organização e mostra de manifestações artísticas, a partir dos aprendizados e vivências propiciadas pelo curso;
- Possibilitar a produção, pelos alunos, de páginas Web.
- Prosseguir com o desenvolvimento da língua estrangeira.
- Quanto às ações com ênfase na qualificação para o trabalho (150 horas):
 - ⇒ promover formação *técnico-prática* visando *um saber-fazer específico* (os cursistas deverão escolher uma entre algumas opções oferecidas). Obs: embora se tratar de uma formação visando uma especialização, o curso deverá tratar também esse momento numa perspectiva integrada, ou seja, de caráter

pluriocupacional (procurando contemplar diversos momentos do processo de trabalho);

⇒ dar seqüência ao POP, orientando o planejamento dos próximos passos que cada cursista deverá prever, visando sua re-inserção e re-posicionamento no mundo do trabalho.

- Quanto às ações com ênfase no estímulo/exercício para o engajamento social:

⇒ dar seqüência ao PLA, avaliando/sistematizando as experiências de engajamento social e mapeando possibilidades/propostas de continuidade da participação.

5 - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

O Plano de Implementação do ProJovem organiza-se em cinco sistemas integrados, que devem garantir a execução do curso em todos os níveis organizacionais previstos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens. São eles o Sistema Instrucional, o Sistema Operacional, o Sistema de Apoio Pedagógico ao Estudante, o Sistema de Comunicação e Informação e o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa.

5.1 - Sistema Instrucional

O Sistema Instrucional compreende a organização do seguinte material pedagógico, para dar sustentação ao processo de ensino e aprendizagem:

- produção de Guias de Estudo para as Unidade Formativas;
- seleção de um acervo de livros, vídeos, filmes, músicas, arquivos eletrônicos etc, com materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos;
- elaboração de instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

Essas atividades deverão ser realizadas por uma equipe multidisciplinar que tenha não apenas alto nível de domínio das disciplinas envolvidas em cada unidade formativa, como também experiência e interesse em produzir materiais que desafiem os

alunos a construir um conhecimento interdisciplinar interligando a vida cotidiana, o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

5.1.1 - Produção dos Guias de Estudo

Os Guias de Estudo serão organizados em quatro volumes multidisciplinares, um para cada Unidade Formativa. Têm o propósito de traduzir o currículo em situações de ensino e aprendizagem, norteando o percurso dos alunos, orientando trabalhos individuais ou em grupo e dando apoio às atividades a distância.

Em vista disso, devem conter textos com aspectos básicos de todos conteúdos a serem tratados, buscando formas de integrá-los com os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos. Os Eixos Estruturantes e os Instrumentais Conceituais permitem direcionar os estudos em uma perspectiva interdisciplinar.

Além de textos, os Guias de Estudo deverão conter atividades de estudo e de auto-avaliação, desafios e sugestões de leitura e de ação, de modo que se tornem interativos e flexíveis. Os textos serão escritos em linguagem clara e simples, porém cuidada do ponto de vista da coerência e da coesão textual. Considerando a provável diversidade de experiências e de saberes dos jovens alunos, os Guias de Estudo deverão conter um núcleo básico de conhecimentos, com *links* para acesso a materiais de enriquecimento ou de reforço, conforme os ritmos de desenvolvimento dos alunos. Esses materiais serão elaborados pelos próprios autores dos Guias, ou selecionados por eles entre obras já existentes.

Os volumes dos Guias de Estudo deverão ser de boa qualidade, resistentes e ter aparência agradável, com ilustrações, diagramas, gráficos, tabelas e ícones que remetam a outros materiais ou atividades. Cada Guia de Estudo terá cerca de 130 páginas em formato A 4, em cores, com espaço (mancha e margens) distribuído de forma a garantir um bom arejamento e local para anotações dos alunos. Cada volume incluirá textos, atividades e roteiros de estudo, orientação para trabalhos práticos (especialmente o POP e o PLA) leituras complementares ou de reforço, bem como ilustrações, fotografias, diagramas, gráficos, desenhos etc, de acordo com os temas tratados e os objetivos da Unidade .

5.1.2 - Seleção de um acervo de livros, vídeos, filmes, músicas e arquivos eletrônicos, com materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos

A seleção desses materiais deverá ter como critérios a qualidade técnica e a compatibilidade com a orientação dos Guias de Estudo. Levará em conta tanto a necessidade de complementar e enriquecer o material básico, quanto a de atender a dificuldades e necessidades de reforço que os alunos venham a apresentar. Poderão ser usados para as oficinas, trabalhos de grupo, em momentos de trabalho coletivo, ou consultados individualmente pelos alunos.

5.1.3 - Elaboração de instrumentos de avaliação de desempenho, com funções diagnóstica, formativa e somativa

Como foi dito, no ProJovem, a avaliação terá caráter predominantemente diagnóstico e formativo, de modo a subsidiar a adequação da dinâmica do curso às necessidades, demandas e dificuldades dos alunos. Todas as atividades de avaliação e a análise dos resultados obtidos pelos jovens têm como propósito principal subsidiar os avanços progressivos dos alunos e indicar suas necessidades de reforço e recuperação. Isso significa sinalizar para os jovens, os educadores e os gestores, os objetivos almejados, os avanços conseguidos e os desafios que se colocam ao longo do curso.

Cada Unidade Formativa deverá ser acompanhada dos respectivos instrumentos de avaliação: uma prova de base estruturada e fichas de acompanhamento do POP, do PLA, e do desenvolvimento geral do aluno, de modo que se possam identificar os avanços conseguidos ao longo da unidade e as dificuldades que não foram superadas. Assim, a avaliação de cada unidade funcionará como base de diagnóstico e de planejamento para as atividades da unidade seguinte. As provas deverão ser elaborados pelos próprios autores dos Guias de Estudo em consonância com os textos e as atividades propostas.

Com isso, fica bem claro que o ProJovem se organiza como uma espiral, em que os alunos avançam continuamente, no seu próprio ritmo e segundo suas necessidades de reforço, retomando sempre o que foi estudado antes, e articulando esses estudos com cada novo tema ou atividade focalizados. A função somativa da avaliação aparece no fim de cada Unidade Formativa, mas não implica reprovação, e sim orientação para atividades de reforço.

No entanto, não somente o desempenho dos alunos deve ser considerado, mas também o contexto concreto em que a aprendizagem se dá: assim, os jovens, os educadores e os gestores avaliam e são avaliados, de modo que a avaliação funcione também como instrumento de gestão político-pedagógica do Programa.

A utilização de instrumentos de base estruturada poderá viabilizar a rápida sistematização e divulgação dos resultados, necessária para que a avaliação funcione como um momento indispensável e inseparável do processo de ensino e aprendizagem e possa subsidiar a gestão político-pedagógica do curso.

No fim do curso, cada aluno deverá apresentar os seguintes produtos elaborados ao longo das unidades:

- Plano de orientação profissional — POP
- Plano/Relatório de ação comunitária — PLA

O quadro a seguir resume a proposta de avaliação do ProJovem.

ASPECTOS A SEREM AVALIADOS	AVALIADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO		
SUJEITOS	JOVENS	EDUCADORES	GESTORES
JOVENS Desenvolvimento de habilidades básicas (leitura, escrita, matemática, conhecimentos de Ciências Humanas e Naturais). Participação (assiduidade e envolvimento) nas aulas, atividades programadas, projetos comunitários e outras oportunidades de inserção.	Questionários para auto-avaliação no final de cada Unidade Formativa.	Portfólio de produções dos jovens. Relatórios de sala de aula e supervisão de atividades programadas. Exames de habilidades e conhecimentos ao final de cada Unidade Formativa (simulados do exame final de certificação). Exame de certificação.	Relatórios dos resultados dos exames de habilidades e conhecimentos (avanço nos Unidade Formativas e certificação). Relatórios gerenciais sobre a participação dos jovens.
EDUCADORES Capacidade de convocação e mobilização dos jovens. Assiduidade e envolvimento nas atividades. Capacidade de promover intervenções pedagógicas	Questionários de avaliação no fim de cada Unidade Formativa.	Questionário de auto-avaliação no final de cada Unidade Formativa.	Relatórios gerenciais sobre o andamento e resultados do programa nos vários níveis.

que propiciem desenvolvimento das habilidades básicas dos jovens. Capacidade de promover oportunidades de aprendizagem e inserção.			
GESTORES Capacidade de prover em tempo, quantidade e qualidade suficientes os recursos humanos e materiais básicos (contratação e capacitação de pessoal, equipamentos, materiais didáticos, auxílios). Capacidade de estabelecer parcerias visando a ampliar oportunidades de aprendizagem e inserção para os jovens.	Questionários de avaliação no fim de cada Unidade Formativa.	Questionários de avaliação ao final de cada Unidade Formativa.	Relatórios gerenciais sobre o andamento e resultados do programa nos vários níveis.

5.2 - Sistema Operacional

O Sistema Operacional compreende as ações administrativo-pedagógicas necessárias para fazer acontecer as ações previstas. Dada a escala do Programa e seu desenho curricular integrador, esse sistema torna-se bastante complexo, envolvendo variáveis políticas e técnicas, o que torna desafiadora sua gestão democrática.

No Sistema Operacional devem ficar explícitos:

- os critérios para matrícula, permanência com bolsa auxílio, transferência de núcleo (ou mesmo de cidade) e certificação;
- os critérios para apuração da frequência e do desempenho escolar dos alunos;
- o esquema para distribuição dos materiais impressos e outros.
- a organização do tempo (dos alunos, dos educadores e dos gestores);
- a organização dos espaços para aulas e trabalhos orientados;
- o planejamento das aulas e dos trabalhos orientados;

5.2.1 - Critérios para matrícula, permanência com bolsa-auxílio e certificação

Para ingressar no Programa, o jovem deverá:

- ter entre 18 anos completos e 24 incompletos, na data da inscrição;
- não estar matriculado em curso regular, nem ter emprego formal, na data da inscrição.

Serão cadastrados e atendidos todos os jovens que se enquadrem nesses critérios, e sua distribuição pelos núcleos se dará, preferencialmente, em função da proximidade da residência do aluno. Se o número de alunos que se apresentarem em uma localidade for maior do que o número de vagas disponíveis, a necessária seleção será feita mediante sorteio público, em local, data e horário devidamente anunciados.

O auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 por mês, implica a dedicação de 34 horas semanais (26 presenciais e 8 a distância) ao Programa. Será transferido a cada aluno por instituição financeira credenciada, por meio de cartão de saque bancário.

Para receber o auxílio, o aluno deverá:

- comparecer a pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada Unidade de Formação, incluindo a ação comunitária programada para o mês;
- entregar os produtos escritos previstos para cada mês.

O controle de presença e da entrega dos produtos será feito pelos próprios docentes, devendo ser lançado mensalmente no sistema *online* de gestão do Programa.

A Certificação será feita no fim do curso por meio de instrumentos baseados em matriz de habilidades elaborada por comissão especialmente designada, que deve incluir os autores dos Guias de Estudo, além de outros especialistas em questões relativas à juventude.

Para habilitar-se à Certificação, o jovem deve ter comparecido a pelo menos 75% das atividades presenciais **de cada Unidade Formativa**.

Os alunos com bom nível de participação, que por qualquer razão não forem aprovados no exame de Certificação terão sua situação definida pelo Fórum do ProJovem, de âmbito local.

5.2.2 - Distribuição dos materiais impressos

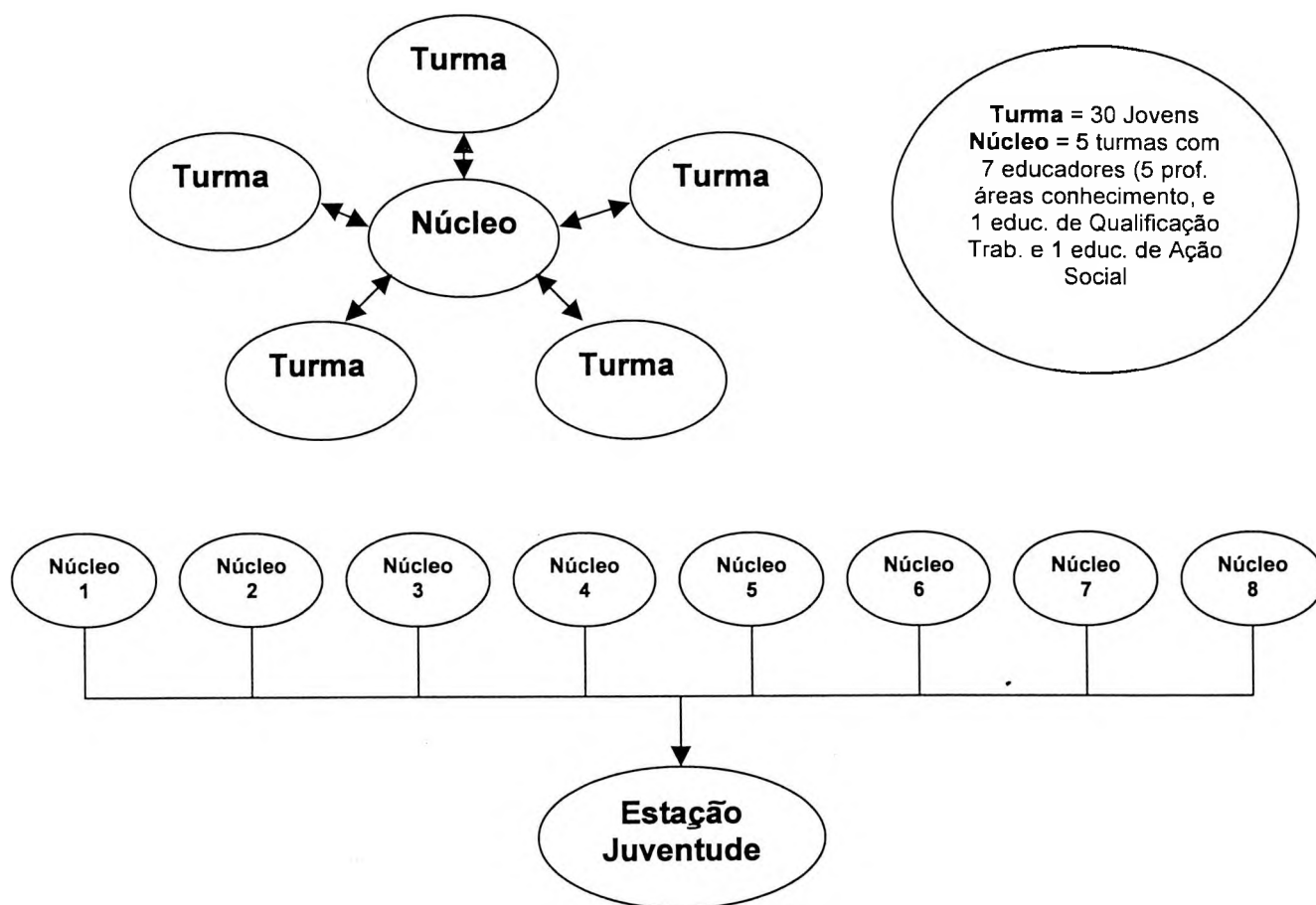
Tendo em vista o rebaixamento dos custos, os materiais do ProJovem serão reproduzidos em escala nacional, via licitação pública, e distribuídos aos municípios. Caberá à Coordenação Municipal a elaboração e o encaminhamento à Coordenação Geral do Programa de listagem dos núcleos, com os respectivos endereços postais completos e o número de exemplares dos materiais a serem entregues em cada um.

A Coordenação Geral do Programa deverá coordenar todo o processo licitatório, acompanhando todas as fases de contratação dos serviços, seja nas etapas de impressão e de distribuição dos materiais. Caso seja necessário, para atender ao calendário de implementação do ProJovem, os materiais serão produzidos e distribuídos em duas ou mais etapas

5.2.3 - Organização do espaço no ProJovem

O Programa será implementado em **Núcleos Locais**, reunindo **5 turmas** de 30 jovens, que funcionarão diariamente, em locais onde haja espaços adequados disponíveis e, se possível, próximos aos domicílios dos estudantes. Os núcleos, por sua

vez, estarão vinculados a uma **Estação Juventude**, local para onde os jovens e os educadores, que atuam nos núcleos, possam se deslocar com alguma frequência.



A **Estação Juventude** funcionará como espaço de referência para os jovens, local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã.

Cada Estação Juventude deverá contar com profissionais de apoio nas áreas de formação profissional e de assistência social, além de acervos multimídia, equipamentos e instalações que complementem o trabalho realizado em sala de aula. Poderá também servir como espaço de formação e reunião para os educadores e demais profissionais vinculados ao programa.

Finalmente, o ProJovem aproveitará intensamente a **Cidade** como **Espaço Educador**, incentivando estudos do meio, pesquisas de campo, visitas e intervenções em locais diversos: a própria comunidade a que pertencem os jovens, além de empresas

produtivas, órgãos públicos de prestação de serviços, centros culturais, associações e outros espaços de participação política e manifestação cultural.

5.2.4 - A organização do tempo no ProJovem

A organização do tempo no ProJovem deve compatibilizar diferentes tipos de atividades presenciais entre si e com as atividades não presenciais.

Cada Unidade de Formação será desenvolvida em doze e meia semanas de trabalho, totalizando 50 cinquenta semanas no fim do curso.

Cada semana será organizada de modo a incluir, ao longo de todo o curso, 24 horas presenciais teórico-práticas, assim distribuídas:

- elevação de escolaridade: 10h;
- a qualificação profissional: 5h;
- a ação comunitária: 1 h;
- informática: 2
- estudos/trabalhos interdisciplinares: 6h.

Além disso, cada semana incluirá 8h de atividades não presenciais (subsidiadas pelos Guias de Estudo), distribuídas pelos componentes curriculares segundo os requerimentos das atividades presenciais, incluindo o POP e o PLA. Assim, como foi dito, o tempo semanal total de dedicação dos jovens ao curso será de 32 horas semanais

Sugestão de organização semanal do tempo: JOVENS

	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1a hora	FORM BASICA: LP	FORM BASICA: MAT	FORM BASICA L. EXT.	FORM BASICA: CH	FORM BASICA: CN
2a hora	FORM BASICA: LP	FORM BASICA: MAT	FORM BASICA L. EXT.	FORM BASICA: CH	FORM BASICA: CN

3a hora	AÇÃO SOCIAL/COM UNITÁRIA	QUALIF P/ TRABALHO	TRABALHO COM O PROFESSOR ORIENTADO R (CH; CN; MAT; LIN; ARTES; QT; AS/C	QUALIF P/ TRABALHO	TRABALHO COM O PROFESSOR ORIENTADO R (CH; CN; MAT; LIN; ARTES; QT; AS/C
4a hora	INFORMÁTICA	QUALIF P/ TRABALHO		QUALIF P/ TRABALHO	
5a hora	INFORMÁTICA	PLANTÃO P/ORIENTADOR		QUALIF P/ TRABALHO	

Sugestão de organização semanal do tempo:

horas/docência (hd), por Núcleo

Funções	H/D Turma	H/D Núcleo
Formação Básica	5 espec. x 2h - 10 horas	10h x 5T=50
Qualificação para o Trabalho	6h	6h x 5T=30
Ação Comunitária	1h	1h x 5T=5
Atividades Integradas, Informática, Plantão	9h	9h x 5T=45
Reunião (Planejamento Coletivo)		2h x 7D=14
Formação Continuada		3h x 7D=21
TOTAL SEMANAL DE HORAS/DOCÊNCIA	26 HORAS	165 HORAS

A organização dos horários dos núcleos deve ser feita de modo a permitir que um mesmo profissional possa exercer as atividades de especialista e as de professor-orientador. Cada professor orientador será responsável por seis horas de atividades integradas e uma hora de plantão, por semana, para atendimento de dificuldades específicas encontradas na leitura dos Guias de Estudo.

A viabilidade do horário de Informática depende da disponibilidade de computadores nos núcleos. Se essa condição não for atendida, é preciso prever um esquema de deslocamento dos alunos e professor.

A simulação de horário de um Núcleo, a seguir, esclarece essas questões.

Turma I	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1a hora	LÍNGUA	MATEMÁTICA	LÍNGUA EXTRANHEIRA	CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS DA NATUREZA
2a hora	PORTUGUESA				
3a hora	AÇÃO COMUNITÁRIA	QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	P/O INTEGRAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	P/O INTEGRAÇÃO
4a hora	INFORMÁTICA				
5a hora		Plantão			
6ª hora	FORMAÇÃO CONTINUADA			REUNIÃO	

Turma IV	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1a hora	LÍNGUA	CIÊNCIAS	CIÊNCIAS	LÍNGUA	MATEMÁTICA

Turma II	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1a hora	CIÊNCIAS DA NATUREZA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	LÍNGUA EXTRANHEIRA	CIÊNCIAS HUMANAS
2a hora					
3a hora	P/O INTEGRAÇÃO	AÇÃO COMUNITÁRIA	QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	P/O INTEGRAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO
4a hora		INFORMÁTICA			
5a hora			Plantão		
6ª hora	FORMAÇÃO CONTINUADA			REUNIÃO	

Turma V	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1a hora	MATEMÁTICA	LÍNGUA	CIÊNCIAS	CIÊNCIAS	LÍNGUA

Turma III	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1a hora	CIÊNCIAS	CIÊNCIAS	LÍNGUA	MATE	LÍNGUA
2a hora	HUMANAS	DANATU REZA	PORTUGUESA	MÁTICA	EXTRANGEIRA
3a hora	QUALIFICAÇÃO PARA O	P/O INTEGRAÇÃO	AÇÃO COMUNITÁRIA	QUALIFICAÇÃO PARA O	P/O INTEGRAÇÃO
3a hora	TRABALHO		INFORMÁTICA	TRABALHO	
5a hora				Plantão	
6a hora	FORMAÇÃO CONTINUADA			REUNIÃO	

Observações: A formação continuada e a reunião de planejamento poderão ocorrer depois das aulas (como sugerido), antes delas ou em outro turno ou dia (sábado), conforme					
--	--	--	--	--	--

2ª hora	UA EXTA NGEIR A	CIAS HU MANA S	CIAS DA NATU REZA	UA PORT UGUE SA	MÁTI CA
3ª hora	P/O INTEGRAÇÃO	QUAL IFICA ÇÃO PARA O TRAB A LHO	P/O INTEGRAÇÃO	AÇÃO COMU NITÁR IA	QUAL IFICA ÇÃO PARA O TRAB A LHO
4ª hora				INFORMÁTI CA	Plantão
5ª hora					
6ª hora	FORMAÇÃO CONTINUADA			REUNIÃO	

2a hora	MÁTICA	UA EXTA NGEIR A	CIAS HU MANA S	CIAS DA NATU REZA	UA PORT UGUE SA
3a hora	QUAL IFICA ÇÃO PARA	P/O iNTEGRAÇÃO	QUAL IFICA ÇÃO PARA	P/O iNTEGRAÇÃO	AÇÃO COMU NITÁRIA
4a hora	O TRAB A LHO		O TRAB A LHO		INFORMÁTI CA
5a hora	Plantão				
6ª hora	FORMAÇÃO CONTINUADA			REUNIÃO	

preferência dos professores.
Dependendo do horário escolhido, ambas podem ser feitas em outro local como, por exemplo, a Estação Juventude.
De qualquer modo, é preciso prever um ambiente de reunião e de trabalho para os professores.

5.2.5 - Planejamento das atividades presenciais

Cada **Núcleo** deverá contar com cinco professores habilitados nas diferentes áreas do ensino fundamental (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Língua Estrangeira), que possam atuar como professores-orientadores (um por turma) e como professores-especialistas, em horários previamente estabelecidos. O Núcleo deverá contar também com docentes responsáveis pela qualificação para o trabalho, nas áreas escolhidas para cada turma, ou contar com organizações parceiras que disponham de profissionais e equipamentos para tanto.

Cada Turma terá um **professor-orientador** incumbido da regência da turma durante parte das horas presenciais, de modo que possa estabelecer os vínculos necessários para uma efetiva orientação educacional de cada aluno individualmente e do grupo.

Além da habilitação para docência em área do conhecimento específica do ensino fundamental, os professores-orientadores deverão estar capacitados para apoiar e avaliar o desenvolvimento integral dos jovens, contando com o auxílio dos demais docentes do Núcleo e de profissionais da área de formação profissional e da assistência social sediados na Estação Juventude. Orientarão os jovens nas atividades relacionadas à formação básica e introdução à Informática, assim como na ação comunitária e na elaboração de seu POP, esse último em parceria com o educador responsável pela qualificação para o trabalho. Serão os principais responsáveis pela integração das ações curriculares.

Para tanto, contarão com formação inicial e continuada, além de materiais didáticos estruturados de acordo com as diretrizes curriculares do Programa. Tal arranjo deverá favorecer o trabalho docente em equipe, assim como uma relação próxima entre professores e alunos.

O planejamento das atividades presenciais, de cada Unidade Formativa, será feita na semana anterior ao início da mesma. Nas reuniões semanais, esse planejamento será detalhado, articulando-se as aulas temáticas (especialistas) com as atividades integradoras (professores-orientadores), incluindo o POP e o PLA. É importante que todos os docentes (de formação geral, de qualificação para o trabalho e de ação comunitária) planejem

coletivamente, de modo a viabilizar a participação de todos e criar sinergia no funcionamento do Núcleo.

É preciso prever meios e modos para realizar:

- Oficinas de educação física: dança, artes marciais, expressão corporal, esportes (poderia fazer parte das horas presenciais);
- Oficinas culturais (música, teatro, etc);
- Visitas a museus, exposições, patrimônio histórico ou ambiental, órgãos públicos, ONGs, articuladas a tópicos do currículo;
- Idas ao cinema, teatro e espetáculos, articuladas a temas do currículo;
- Excursões a locais interessantes, articuladas a temas relacionados a questões ambientais e outros temas do currículo.
- Pesquisa documental, articulada a tópicos do currículo, ao POP e ao PLA.

Em cada evento, deve haver contatos prévios com gestores dos locais a visitar, definindo-se horários, meios de transporte e alimentação, material de apoio para anotações e outros registros (fotos, desenhos, gravações etc.).

5.3 - Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem

O Sistema de Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem abrange a seleção e a preparação dos docentes do curso e o esquema de trabalho dos Professores-Orientadores.

5.3.1 - Seleção dos docentes

Em cada Núcleo, o trabalho de apoio à aprendizagem será realizado pelos Professores-Orientadores, que serão recrutados segundo critérios de: (a) competência em uma área específica do currículo (formação docente, em nível de graduação, em Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Qualificação para o Trabalho e Ação Comunitária) e (b) disponibilidade de tempo (mínimo de 30 h semanais). Deverão ser especificamente preparados para as funções que lhes cabem no ProJovem.

5.3.2 - Formação dos docentes para atuar no ProJovem

Sendo a formação específica em uma área do currículo um pré-requisito para a admissão como docente do ProJovem, a preparação dos profissionais será direcionada não aos conteúdos em si, mas sim ao Programa, aos estudantes que atenderá, e à dinâmica pedagógica integrada que o caracteriza.

A formação dos docentes para atuar no ProJovem — antes do curso e ao longo dele — ficará a cargo de uma Universidade Federal da Unidade da Federação considerada (Universidade Associada). Essa formação deverá focalizar o processo do ProJovem e todas as ações curriculares tratados nos Guias de Estudo, tendo esses como referência, além do Manual do Tutor, cuja tônica será o processo construção do conhecimento teórico-prático, integrando conteúdos do ensino fundamental, temas de qualificação para o trabalho e ação comunitária. Assim, os docentes do ProJovem deverão ser preparados para o trabalho de orientação, mediante o estudo de:

- Conteúdos:
 - ⇒ Unidades Formativas do Programa, enfatizando seus eixos estruturantes e instrumentais conceituais ;
 - ⇒ transformações no mundo do trabalho e novas características da qualificação profissional
 - ⇒ características bio-psico-sociológicas da faixa etária dos alunos;
 - ⇒ processos identitários no mundo globalizado.
- Metodologias:
 - ⇒ organização de processos de trabalho coletivo (oficinas, debates);
 - ⇒ método das unidades de estudo e trabalho;
 - ⇒ orientação de projetos e ações sociais;
 - ⇒ gestão democrática de grupos;
 - ⇒ processo pedagógico na Educação a Distância.
 - ⇒ avaliação de desempenho escolar
 - ⇒ planejamento de atividades para recuperação da aprendizagem.
- Princípios e valores:

- ⇒ educação, família, escola e cidadania;
- ⇒ ética das relações interpessoais;
- ⇒ inclusão e participação;
- ⇒ cidadania ativa.

Essa formação será desenvolvida em 160 horas, antes do início do curso, continuando ao longo das Unidades Formativas, com três horas semanais de estudo. Os conteúdos e atividades de formação continuada darão sequência à formação anterior ao curso ou serão ditados por questões de prática surgidas durante a implementação do Programa.

O desempenho dos docentes no curso será avaliado pela Universidade Associada, devendo abranger aspectos teóricos e práticos e ser feito com regularidade ao longo de todo o curso.

5.4 - Sistema de Comunicação e Informação

O Sistema de Comunicação e Informação terá como propósito agilizar o fluxo das informações indispensáveis para que os demais Sistemas funcionem adequadamente. Caber-lhe-á, também, manter os vínculos dos alunos com o curso, estimulando a formação de grupos de estudo e de convivência.

Por meio dele, serão divulgadas instruções da Coordenação Nacional e das Coordenações Municipais do Programa, a Programação das Estações Juventude, decisões dos Fóruns a respeito da vida acadêmica dos alunos, avisos das Universidades relativos à formação dos docentes etc. Da mesma forma, deverá veicular manifestações dos alunos, dos docentes e dos gestores locais a respeito de quaisquer aspectos do ProJovem.

Para assegurar esses fluxos, serão usados recursos, tais como:

- Jornal do ProJovem;
- Centrais de Atendimento;
- Sítio na WEB.

5.4.1 - Jornal do ProJovem

O Jornal do ProJovem terá a função de divulgar o Programa. Poderá ser editado e distribuído trimestralmente (ou com outra frequência) em cada Capital e/ou para o Programa como um todo.

5.4.2 - Centrais de Atendimento

As Centrais de Atendimento a serem implantadas nos Núcleos terão os propósitos de assegurar o intercâmbio de informações e de experiências, bem como de subsidiar o trabalho dos docentes e alunos. As consultas, reclamações, críticas, elogios e sugestões poderão ser encaminhadas via telefone (linha 0800, gratuita), fax ou correio.

5.4.3 - Sítio na WEB

O sítio do ProJovem terá vários menus destinados aos diferentes tipos de serviços prestados:

- informação geral sobre o curso;
- mural de informações;
- componentes curriculares e conteúdos das aulas;
- secretaria;
- contato com o Professor Orientador;
- contato com os especialistas;
- endereços e dados pessoais dos participantes;
- intercâmbio com outros alunos e outros núcleos do Programa;
- *links* com outros sítios, selecionados de acordo com os interesses dos alunos.

5.5 – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa

O Sistema de Monitoramento e Avaliação, que se responsabiliza pelo contínuo aperfeiçoamento do projeto e seu funcionamento regular, permite avaliar a qualidade do Curso. Compõe-se de dois subsistemas, um interno e outro externo.

5.6.1 - Monitoramento e avaliação interna

O monitoramento interno será feito pelos Núcleos, as Estações Juventude, as Coordenações Municipais e a Coordenação Nacional, abrangendo todas as ações curriculares e informações do registro acadêmico dos alunos.

Será feito por meio do acompanhamento dos dados de frequência e de desempenho dos alunos, com base nas fichas de observação e nas provas das Unidades Formativas. É importante que funcione *online*, utilizando uma plataforma capaz de disponibilizar, praticamente em tempo real, os dados relativos aos alunos e ao funcionamento dos Núcleos e das Estações Juventude.

5.6.2 - Monitoramento e avaliação externa

O monitoramento e avaliação externa será feito por instituição especializada, e visa a determinar a efetividade do Programa.

Inclui os seguintes componentes:

- Avaliação diagnóstica inicial, por meio de instrumentos padronizados.
- Realização do exame de Certificação, com base em matriz de habilidades elaborada com a colaboração dos autores dos Guias de Estudo.
- Pesquisas que permitam monitorar e avaliar diferentes aspectos do Programa, com base em amostras representativas do universo.

5.6.3 - Articulação dos sistemas: os Fóruns do ProJovem

Os Fóruns do ProJovem serão colegiados incumbidos de articular politicamente os sistemas componentes do plano de implementação do ProJovem e de tomar decisões relativas a questões acadêmicas e administrativas que não estejam reguladas por legislação ordinária. Em cada Município haverá um Fórum formado por representantes docentes, discentes e administrativos dos Núcleos e das Estações Juventude, e dirigido pelo Coordenador Municipal.

Da mesma forma, haverá um Fórum Nacional formado por representantes das Coordenações Municipais, sob a direção da Coordenação Nacional.

6- CUSTOS DO PROJOVEM

Para o início do programa, em 2005, estão previstos no orçamento da Presidência da República, recursos em torno de R\$ 300.000,00, distribuídas em ações governamentais, conforme o PPA.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal* de 1988.

_____. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*.

_____. Congresso Nacional. *Plano Nacional de Educação. Lei nº10.172 de 09 de janeiro de 2001*.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000*.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 01 de 5 julho de 2000*.

_____. Coleção Educação para Todos. Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). Brasília: UNESCO/MEC, 2004.

COMISSÃO ESPECIAL CÂMARA DOS DEPUTADOS - Relatório Final, Brasília, Junho de 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

DUTRA, José Eduardo Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

GENRO, Tarso. *Diretrizes para a Agenda em Educação no Brasil*. Brasília, 2004. (mimeo).

Grupo Interministerial da Juventude. Relatório Final, Brasília Agosto de 2004.

Instituto Cidadania/ Projeto Juventude Documento de Conclusão, São Paulo, julho de 2004.

IRELAND, Timothy D. Machado, Maria Margarida e IRELAND, Vera Esther J. da Costa. *Os Desafios Da Educação de Jovens e Adultos: vencer barreiras da exclusão e da inclusão tutelada (mimeo)*, 2004.

MARZAGÃO, Vera. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

MTE/SENAES *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento – Carta de Princípios*, Brasília, 2004 (mimeo).

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

VERAS, Roberto. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

VILLAS-BOAS, Renata. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, janeiro de 2005.

UNESCO Políticas Públicas De/Para/Com Juventudes, Brasília, julho de 2004

ANEXO 1

SOBRE O PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL - POP

Objetivos:

Possibilitar ao cursista um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas oferecidas pelo curso no campo da qualificação para o trabalho

Permitir ao cursista um exercício de resgate e sistematização de sua trajetória profissional, assim como de projeção dos próximos passos de seu processo de qualificação para o trabalho

Possibilitar à coordenação do Programa a oportunidade de, com as informações levantadas e organizadas pelos cursistas no POP, reunir uma base de dados sobre tal público (visando a qualificação do próprio Programa e de outras políticas públicas para o segmento da juventude);

Características Básicas:

Trata-se de um projeto de caráter individual, que envolverá muitos momentos coletivos;

Será construído ao longo do desenvolvimento do curso, sob a orientação de um professor do Programa;

Terá a colaboração, de um professor de matérias profissionalizantes específicas, co-orientador (provavelmente integrado a uma instituição associada para ministrar as disciplinas específicas);

Os professores-orientadores receberão uma formação especial para o desempenho dessa atribuição;

A organização do POP seguirá um padrão formulado pelo Programa;

Informações que poderão integrar o POP:

1. Dados Pessoais

Nome:

Idade:

Cidade:

2. Trajetória Profissional

2.1. Cursos que frequentou

Área Profissional	Instituição Realizadora	Período Realização	de	Carga Horária	D

2.2. Atividades profissionais realizadas

Funções/ Atribuições Desempenhadas	Setor da Economia	Período	Carga Horária	Valor Médio Mensal da Renda	Rela Trab

Obs.: para os itens 2.1. e 2.2. o Programa deve fornecer instruções sobre opções de respostas.

3. Projeto Profissional

3.1. Indicações gerais sobre como projeta seu futuro profissional

Setor da	Funções/ Atribuições	Tipo de Relação de Trabalho	Renda Mensal	me
Economia				

3.2. Passos e meios de viabilização desse projeto

a) Levantamento de informações sobre as tendências/potencialidades do setor escolhido e de sua capacidade de absorção de novos trabalhadores;

b) Identificação de ações (plausíveis) que poderiam ser tomadas, no campo das políticas públicas, para favorecer tal capacidade de absorção;

c) Realização de uma auto-avaliação de suas condições de ser absorvido (qualidades e limitações);

d) Passos que planeja dar, no sentido de ampliar tais chances:

- Quanto à educação;
- Quanto à obtenção de mais informações;
- Quanto a outras iniciativas;

e) Avaliação do Curso quanto às qualificações que possibilitou ao participante na sua re-inserção / re-posicionamento para o trabalho:

Conhecimentos Gerais	Experiências de Vida	Habilidades Técnicas
----------------------	----------------------	----------------------

--	--	--

Obs.: A primeira versão do Projeto deveria ser apresentada de modo integral, mesmo que, nesse momento, as informações sobretudo para o item 3, certamente, serão ainda muito iniciais. O processo deve seguir com o professor propiciando uma efetiva mediação entre as situações trazidas pelo curso como um todo, as ações especificamente voltadas para ampliar e apurar conhecimentos sobre os Projetos Profissionais e as descobertas e opções que cada cursista irá fazendo no diálogo com o orientador.

ANEXO 2

SOBRE PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - PLA

Objetivos:

.Ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política local, regional nacional, a partir da condição juvenil;

.Promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública;

Contribuir para a formação do jovem na perspectivas do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania

Propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.

Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários.

O Plano de Ação Comunitária é um instrumento construído pelos jovens na Unidade I e II do curso, com o apoio do professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público que serão realizadas no decorrer da Unidade III e IV do programa. O PLA deve servir como um “guia para a ação”, descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e ferramentas que serão utilizados.

Além de resultar em um documento referência para os jovens, a construção do Plano de Ação Comunitária deve proporcionar para a turma de jovens a vivência de traçar o percurso entre o momento presente e o futuro próximo, entre a realidade vivida e a

almejada, mobilizando nos jovens o desejo de realizar transformações seja no plano pessoal, profissional, social e político.

O Plano de Ação Comunitária compreende a realização de um diagnóstico do contexto social, ambiental, cultural, econômico e urbano em que os jovens estão inseridos; a elaboração de propostas de ação com base no diagnóstico e a definição das formas de execução dessas ações; prevê os procedimentos e ferramentas de monitoramento, ou seja, de avaliação contínua do que está sendo realizado e, ao final, a sistematização das aprendizagens construídas na experiência, indicando possibilidades de continuidade e aprofundamento da participação juvenil no futuro.

A processo de elaboração do PLA deve permear o desenvolvimento dos outros componentes curriculares da Unidade I e II do programa, buscando-se a articulação efetiva com as ciências físicas, humanas, o português, a matemática, informática, artes, qualificação para o trabalho, etc.. Ao final da Unidade II a proposta do PLA deve estar concluída. Para a execução das ações sociais previstas no PLA estão previstas 50 horas exclusivas na Unidade II e IV, o que desafia a equipe de professores de cada núcleo a realizar o planejamento integrado das atividades em sala de aula, especialmente nas duas primeiras unidades.

I. Diagnóstico:

Tem o objetivo de construir novos conhecimentos sobre o território em que os jovens vivem para que apreendam o contexto sócio-político, econômico, cultural e urbano em que estão inseridos; possibilitar que se apropriem com profundidade crítica e analítica de realidades antes percebidas superficialmente; se conscientizem de suas potencialidades e dificuldades e se comprometam na busca de soluções conjuntas e coletivas para melhorar e qualificar o ambiente em que vivem. A elaboração do diagnóstico pode ser organizada em dois momentos:

a) Caracterizar por meio do levantamento de informações e dados obtidos com a realização de pesquisas, leituras, visitas de campo, entrevistas:

- quem são os jovens na comunidade, quem são os moradores adultos com quem eles convivem (perfil sócio-econômico: renda, escolaridade, ocupação).
- como vivem, considerando as condições existentes de habitação, saneamento básico, transportes, etc., bem como o acesso à educação, aos serviços de saúde, a cultura, ao lazer, ao esporte
- quais são os espaços de convivência social e suas características?
- qual é a história da comunidade (como e quando surgiu e se desenvolveu)
- quais são os problemas e necessidades enfrentadas, especialmente pelos jovens?
- quais são as formas existentes de organização coletiva e de enfrentamento desses problemas? (programas e projetos sociais, movimentos e organizações sociais, culturais e sindicais, associações de moradores, etc.)

b) Analisar, interpretar as informações levantadas:

- relacionar as peculiaridades locais do perfil sócio-econômico dos jovens e moradores, suas condições de vida e formas de convivência social com as características da região em que está inserida e sua contextualização na dinâmica de desenvolvimento da cidade;
- avaliar quais são os problemas mais importantes (prioritários) enfrentados pelos jovens a partir da reflexão para diferenciação entre suas causas e seus efeitos;
- identificar quais são as potencialidades existentes na comunidade, na juventude local e dentro da própria turma de jovens para enfrentar os problemas prioritários (situações que podem se mudadas/solucionadas)

e/ou os desafios (novas situações que podem ser criadas diante de um problema).

II – Definir em que situação os jovens vão intervir, ou seja, em que problema ou desafio da realidade local vão atuar.

a) Uma ou mais situações poderão ser escolhidas por turma para desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária - PLA. Essa escolha poderá ser feita ao se relacionar as demandas prioritárias identificadas no diagnóstico com os interesses, vocações e desejos dos próprios jovens, considerando entre outros aspectos:

- a relevância dos problemas e desafios para a juventude e a comunidade local,
- o interesse e a motivação efetiva dos jovens que estão elaborando o PLA de intervirem
- a oportunidade da intervenção, avaliando-se seus limites e possibilidades frente às condições existentes e o tempo que se dispõe.

b) Para cada situação escolhida (por um ou mais grupos, duplas e em casos específicos, até individualmente) deverá ser desenvolvido um Plano de Ação Comunitária-PLA (a reunião do conjunto de intervenções pretendidas pelos jovens deverá compor o Plano de Atuação da Turma para ser compartilhado e acompanhado coletivamente por todos os integrantes).

c) Exemplos de situações para ação comunitária dos jovens:

- Falta de infra-estrutura urbana ou determinada política social no território em que vivem (Exemplo: pesquisa, caracterização em profundidade do problema, mobilização, encaminhamento e negociação com os órgãos públicos competentes);

- Resgate e promoção da cultura local (Exemplos: produção de eventos; produção cultural por meio de expressões musicais, dança, teatro, etc..)
- Sensibilização e informação junto a outros jovens sobre o uso de drogas, DST-AIDS, sexualidade, gravidez precoce, etc..(Exemplo: organização de campanha nas escolas; organização de oficinas, debates e produção de material)
- Defesa e proteção ambiental (Exemplos: campanha educativa de limpeza e destinação adequada do lixo; coleta seletiva; reaproveitamento de material reciclável para geração de renda).
- Preservação e valorização do patrimônio histórico (caracterização e divulgação do patrimônio; turismo)
- Campanhas de interesse público tais como ações do Fome Zero, campanha de vacinação, etc.(apoio organizativo; sensibilização do público alvo, etc.)
- Serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pela rede pública local: creches, abrigos, asilos, saúde da família, etc. (Exemplos: desenvolvimento de atividades lúdicas e de recreação; apoio ao agente comunitário de saúde);
- Fortalecimento de conselhos, fóruns, movimentos sociais e culturais locais (apoio à organização; sensibilização e disseminação das propostas ao público juvenil por meio de seminários, oficinas, produção de material)
- Apoio ao desenvolvimento de Associações de Moradores, Sindicatos, Organizações não Governamentais; Grupos juvenis e todo tipo de organizações voltadas à defesa de interesses coletivos e públicos
- Prestação de serviços à comunidade na área de capacitação para o trabalho que será desenvolvida pela sua turma (pesquisa sobre mercado de trabalho na área específica e ação experimental)

III – Passos para a formatação do PLA

O PLA deve apresentar um conjunto de atividades inter-relacionadas e coerentes para alcançar determinados objetivos ou resultados, dirigidas a um público alvo definido, organizadas e distribuídas em um período de tempo, utilizando-se dos recursos materiais, humanos e cognitivos que se pode dispor. As seguintes questões devem ser respondidas:

- Quem elabora e executa o plano? (como os jovens, autores do plano, se identificam: por idade, por características que lhes são próprias/específicas tais como vocações, habilidades já constituídas, interesses e outros aspectos):
- O que pretendem fazer? (em algumas palavras descrever a área/tipo de atuação)
- Para quem? (quem será atingido ou beneficiado pela ação)
- Onde? (em que bairro, região e/ou em que organização/instituição)
- Por que? (qual problema ou desafio pretendem enfrentar com o que vão fazer; que importância tem e quais são suas motivações: relacionar com as principais questões apontadas no diagnóstico e o sentido da escolha para o grupo).
- Para que? (que contribuição a atuação pretendida trará para a melhoria do território/da comunidade/dos beneficiários? Qual é a situação ideal pretendida?)
- Quais resultados concretos pretendem obter na prática (a partir dos problemas e desafios identificados que objetivos concretos esperam alcançar?):
- Que ações precisam ser realizadas para isso? (elencar as ações necessárias)
- Quem são os responsáveis por cada uma delas ?
- Qual o prazo necessário para realiza-las?
- Que recursos são necessários? (conhecimentos, habilidades, recursos materiais, humanos, outros)

Ao elaborar o PLA deve-se considerar a utilização de diversas linguagens, da comunicação (artes plásticas, teatro, música, cinema, vídeo, rádio, etc.), da ciência, da cultura, etc. que uma vez escolhidas, dão conteúdo e foco para as ações que se pretende

realizar. Envolve também diferentes áreas de conhecimento, como por exemplo, a língua portuguesa para elaborar o texto do PLA.

IV – Desenvolvimento e monitoramento do PLA

O Plano de Atuação deverá ser executado em 50 horas, distribuídas ao longo de 6 meses previstos para a Unidade III e IV, em períodos acordados com o professor-orientador, e que incluem a execução e o monitoramento prevendo-se:

- tempo determinado para a preparação/avaliação e a realização de cada atividade prevista, quando a proposta de ação é inteiramente protagonizada pelos jovens.
- *tempo para a participação em atividades e para reuniões periódicas com os parceiros (de organizações, programas, serviços, etc.), quando a proposta é de contribuição dos jovens em um programa, projeto ou serviço já existente para avaliação conjunta sobre a atuação dos jovens.*
- tempo/momentos de trocas e reflexões conjuntas com toda a turma de jovens sobre dificuldades e conquistas que o conjunto das vivências e práticas apresentam.
- registros e documentação das atividades realizadas, por meio de instrumentos criados para isso (tal como relatórios, fichas, etc.) para construir a memória objetiva e subjetiva da experiência vivenciada por cada jovem, pelo grupo e pelos beneficiários.

Ao implementar processos coletivos e sistemáticos de avaliação, resgatando as vivências, as informações sobre as práticas, coletando evidências sobre o que está sendo realizado, organizando relatos de resultados, o objetivo é promover o diálogo e a reflexão permanente dos jovens (individual e coletiva) sobre a experiência e possibilitar ajustes no PLA.

Alguns desafios se colocam para os professores e jovens nesta etapa:

- tornar os espaços coletivos em sala de aula referenciais para decisões sobre encaminhamentos e ajustes do plano, ou seja, criar condições para que se realize uma gestão compartilhada do(s) PLA(s), envolvendo toda a turma e professores;
- fortalecer a autonomia dos jovens na execução do PLA, incentivando a iniciativa, a criatividade, a valorização de sua participação;
- promover a socialização de experiências na estação juventude, difundindo as aprendizagens construídas coletivamente pelos jovens para que possam se sentir capazes de gerar e intercambiar novos conhecimentos e experiências.
- assegurar a governabilidade do PLA, especialmente quando a proposta se realiza no âmbito de outras organizações/instituições cujos fluxos e dinâmicas internas podem diluir a identidade da proposta de participação dos jovens;
- fomentar a articulação de apoios e de novas parcerias que ampliem a o reconhecimento público e a sustentabilidade do(s) PLA(s).

VI – Avaliação e sistematização

A avaliação e a sistematização são momentos de balanço, de resgate, análise e re significação do conjunto de cada experiência de ação Comunitária desenvolvida pelos

jovens e do conjunto da turma. A partir de reflexões sobre as práticas, as principais aprendizagens construídas pelos jovens devem ser destacadas, especialmente no que se refere:

- ao alcance dos resultados propostos
- aos acertos e erros nas formas de encaminhamento e realização das ações propostas (incluindo as formas de distribuição do tempo e o dimensionamento dos recursos necessários)
- aos desafios do trabalho coletivo em equipe e da gestão compartilhada (distribuição de tarefas, tomada de decisões, etc.)
- aos efeitos provocados pelo(s) PLA(s) nos beneficiários e atingidos
- as novas competências, habilidades e sensibilidades proporcionadas aos jovens executores pela concretização do PLA
- ao sentido da experiência vivenciada pelos jovens no que se refere a participação e ao exercício da cidadania.

Ao final da Unidade IV, os jovens devem realizar um levantamento de oportunidades de continuação e aprofundamento em ações de participação e cidadã, com vistas a subsidiar seus passos futuros.

ANEXO III

FORMAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL

Sobre Os Arcos de Ocupações para Jovens

1. Definição Arcos de ocupações são conjuntos de ocupações relacionadas (ou seja, que possuem base técnica comum), que podem abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a (assalariamento, autoemprego e economia solidária).

Embora um arco pode apresentar um número maior de ocupações, a presente proposta trabalha com no mínimo quatro e no máximo cinco ocupações por arco, limitação imposta pela carga horária disponível.

As ocupações de um arco estão descritas individualmente na Classificação Brasileira de Ocupações, mas não necessariamente estão contidas na mesma família ocupacional.

2. As ocupações individuais propostas estão sendo cotejadas com as ocupações de jovens no CAGED, por capital/região metropolitana, de modo a orientar a escolha dos arcos.

3. Relação dos Arcos

1. Telemática
2. Construção e Reparos
3. Turismo e Hospitalidade
4. Vestuário
5. Administração
6. Serviços Pessoais
7. Serviços Domésticos I
8. Serviços Domésticos II
9. Esporte e Lazer
10. Metalmecânica
11. Madeira e Móveis
12. Arte e Cultura I
13. Arte e Cultura II
14. Saúde

15. Gestão Pública e 3º Setor
16. Educação
17. Transporte
18. Alimentação

4. DESCRIÇÃO DOS ARCOS OCUPACIONAIS

ARCO	Ocupações	Código CBO
1. Telemática	a) Op. de Micro b) Reparos em Micros e Celulares c) Telemarketing/CallCenter d) Vendas Celulares	
2. Construção e Reparos	a) Ladrilheiro b) Eletricista Predial c) Pintor d) Reparos Prediais	
3. Turismo e Hospitalidade	a) Garçon/ete b) Recepcionista c) Guia d) Venda de Pacotes Turísticos	
4. Vestuário	a) Corte Costura b) Reparos e modificações em roupas c) Fabric. de Adereços em couro d) Vendas em roupas e calçados	
5. Administração	a) Arquivista b) Almoxarife c) Auxiliar Administrativo d) Boy/Girl	
6. Serviços Pessoais	a) Cabeleireiro/Barbeiro b) Manicure/pedicure c) Maquiador d) Vendas Produtos de Beleza	
7. Serviços Domésticos I	a) Jardinagem b) Portaria c) Asseio e Conservação d) Copa/Cozinha	
8. Serviços Domésticos II	a) Motorista b) Assistente Pessoal c) Babá d) Lavanderia	
9. Esporte e Lazer	a) Auxiliar de Treinamento b) Animador de Esportes c) Organ/Animador de Festas d) Administração de Eventos de Esporte e Lazer	
10. Metalmecânica	a) Serralheiro b) Funileiro c) Vendas/locação de veículos d) Aux.administrativo(oficinas, vendas, locadoras, peças)	
11. Madeira e	a) Carpinteiro	

Móveis		b) Estofador/ Reparo de móveis c) Vendas de móveis d) Design	
12. Arte Cultura I	e	a) Teatro (ator, figurino, cenógrafo) b) Dança (dançarino, figurino e coreografia) c) Animador cultural d) Produtor cultural	
13. Arte Cultura II	e	a) DJ/MC b) Fotografia c) Vídeo d) Guia em exposições e museus	
14. Saúde		a) Auxiliar de laboratório b) Atendente Consultório c) Vendas de planos de saúde e previdência d) Aux. administrativo em hospitais e clínicas	
15. Gestão Pública e 3º Setor		a) Auxiliar administrativo em entidade pública b) Coletor de dados em pesquisas c) Elaboração/gestão de projetos sociais d) Trabalho social	
16. Educação		a) Crecheiro b) Merendeiro c) Contador de histórias d) Reforço escolar e) Auxiliar administrativo em escola/biblioteca	
17. Transporte		a) Cobrador b) Motorista c) Auxiliar administrativo de garagem d) Despachante	
18. Alimentação		a) Chapista/Sanduícheiro b) Preparador de alimentos (supermercado) c) Lancheiro d) Promotor/vendedor em lojas de alimentação	

MANIFESTO PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Brasília 21 de novembro de 2005

Discutido pelos Fóruns e aprovado na reunião de representantes dos Fóruns - Brasília 21 de novembro de 2005

Educação Continuada e Educação de Jovens e Adultos: pelo cumprimento dos objetivos da Agenda do Futuro da V Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA (Hamburgo, Alemanha, 1997)

Chamado nacional à ação

Os delegados provenientes de todos os estados brasileiros, participantes do VII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, em Brasília, entre 31 de agosto e 3 de setembro de 2005 e os demais participantes dos Fóruns de EJA em todo o país que discutiram, apreciaram e aprimoraram o texto original elaborado por ocasião do VII ENEJA expressam, por esse Manifesto, no contexto histórico da crise que abala a sociedade política brasileira, o interesse da EJA para que a conjuntura atual seja profundamente analisada e que a consequência dessa análise produza resultados positivos para o povo brasileiro, tornando mais sólidas as instituições democráticas. Nesse sentido, e no que tange às conquistas democráticas ainda incipientes para fazer frente aos direitos constitucionais, recorrem à salvaguarda dos compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário, e que convergem para o desafio de garantir a todos o direito à educação.

Por esse Manifesto, os delegados emprestam seu total apoio ao cumprimento das resoluções emanadas da V CONFINTEA, reiteradas em Bangcoc, em 2003, com destaque para as políticas destinadas a fomentar a igualdade entre os gêneros, raças e culturas, e de como promover a inclusão social, a partir das ações de educação de jovens e adultos, que tenham como base a educação continuada, ao longo de toda a vida — escolar, cidadã e de auto-realização.

Reconhecemos os avanços alcançados pela EJA nos últimos anos seja no campo jurídico, normativo e técnico; seja pelas políticas recentes do Governo Federal que tem buscado realidade a prioridade da educação de Jovens e Adultos, que embora originada apenas com a perspectiva da alfabetização, por meio do Programa Brasil Alfabetizado, teve sua concepção ampliada, pela interlocução: com os Fóruns de EJA — hoje os representantes mais organizados dos atores sociais que militam nessa área; com os movimentos sociais; com as instâncias representativas de governo estaduais, municipais e entidades tais como: CONSED e UNDIME; e com a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. O Programa vem ganhando novos sentidos e a perspectiva da continuidade tem sido perseguida para assegurar a institucionalidade da EJA nos sistemas públicos de ensino.

Celebramos ainda os esforços que vêm sendo feitos para atender as crianças em idade escolar, dentro dos marcos da Educação para Todos (Jomtien, 1990, reiterados em Dakar, 2000), como também celebramos a educação de jovens e adultos. No entanto, desejamos manifestar que o que foi feito nesse campo ainda é tímido, diante da realidade vivida por milhões de brasileiros, porque não foi dada, até agora, no Brasil, suficiente atenção às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos, considerando que o acesso à educação — escolar e não-escolar — constitui um direito humano fundamental, e por isso deve ser extensivo a todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, credo religioso, gênero, geração, posição social e econômica, garantindo condições de permanência. A educação é um dos caminhos de transformação, mas sozinha é incapaz de alterar as condições da sociedade, maltratada pela iniquidade, pela desigualdade crescente, regida pelo

capital econômico, que se pretende mais poderoso do que a vida humana.

Para celebrar os compromissos que constituem a Agenda do Futuro, é necessário incrementar políticas para a área, criando condições para promover uma educação de jovens e adultos de qualidade. Entre os requisitos da qualidade se incluem legislações e regulamentações — o que temos até em boa conta, mas indispensavelmente financiamento adequado, parcerias institucionais idôneas, sistemas administrativos eficazes, tanto para promover a educação de jovens e adultos, como para promover a educação continuada — que representa o direito de aprender por toda a vida, forma e conteúdo da humanização de homens e mulheres, no tocante à cultura, à saúde, à participação democrática, ao desenvolvimento sustentável e à economia solidária.

Manifestamos também nosso desejo de que se ampliem oportunidades de intercâmbio regional, nacional e internacional para investigações (pesquisas e avaliações), metodologias, currículos, marcos de referências e práticas em EJA. O chamado à ação é dirigido a todos que o respondam, mas muito especialmente àqueles que receberam um mandato e poder para adotar as medidas necessárias que possam promover a mudança do quadro brasileiro, com destaque para os seguintes atores: parlamentos, governos locais, regionais e nacional. Mas essa resposta, sabemos bem, só será efetiva, se a ela se juntarem movimentos sociais populares e sindicais, instituições multilaterais e organizações da sociedade civil.

Os governos precisam assegurar que a EJA seja integrada ao sistema nacional de educação, assim como suas políticas e práticas, começando pela integração ao FUNDEB de forma igualitária. Basta de ouvir defesas de que a educação desses jovens, de homens e mulheres adultas, custa menos, pode ser barateada.

O governo federal precisa coordenar uma gestão de qualidade na área, implicando políticas intersetoriais, avaliando e financiando as necessidades da EJA, garantindo que em todas as ações estejam presentes a leitura — com disponibilidade de livros da cultura literária desse país; a escrita; a matemática; as ciências humanas, naturais e sociais que revolucionam o cotidiano das populações a cada dia; a informação e a comunicação, nas formas mais modernas de linguagens tecnológicas; como também os conhecimentos necessários para fomentar a capacidade de cada pessoa participar plenamente da vida social, cultural, política e econômica de sua comunidade, com vistas a agir e exercitar práticas de cidadania ativa e auferir realização pessoal.

Nós, delegados e participantes de todos os Fóruns Estaduais de EJA nos comprometemos, por esse Manifesto, a trabalhar por essas idéias e envolver o maior número de pessoas no país, para que o esforço da edificação do direito à educação de jovens e adultos, não seja jamais mutilado, afirmando uma política de Estado. Para isso, garantiremos uma mobilização nacional a partir de hoje, com vistas a assegurar os avanços dessas conquistas para todos os brasileiros.

Brasília, 21 de novembro de 2005